

Entre a produção e a precarização: transformações históricas do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo

Between production and precarization: historical transformations of the world of work in contemporary capitalism

MARCIO DE SOUZA

Faculdade Unyleya/PUC-Rio/UNESA/UGB

Resumo: O presente artigo analisa as principais transformações históricas ocorridas no mundo do trabalho, enfatizando as mudanças nos modelos de organização da produção e seus impactos sobre as relações entre capital, Estado e trabalho. Por meio de pesquisa bibliográfica, fundamentada nas contribuições de Harvey (2011), Antunes (1995, 1996, 1999), Franco (2011), Mota (2000), Carcanholo e Baruco (2011), Kameyama (1997), Padrós (2005), Batista (2008) e Netto (2012), discute-se a evolução do capitalismo desde a Revolução Industrial até a consolidação da acumulação flexível e do neoliberalismo. Inicialmente, aborda-se a formação do sistema fabril e a intensificação da exploração da força de trabalho decorrentes da industrialização. Em seguida, analisam-se o fordismo e o taylorismo como paradigmas da produção em massa, bem como a crise estrutural do capitalismo na década de 1970, que impulsionou o processo de reestruturação produtiva. Posteriormente, examinam-se o toyotismo, a acumulação flexível, a mundialização do capital e a consolidação do neoliberalismo, evidenciando seus efeitos sobre a flexibilização das relações de trabalho, a precarização laboral e o enfraquecimento dos mecanismos de proteção social. Conclui-se que as transformações do mundo do trabalho constituem expressão das estratégias de reprodução do capitalismo em diferentes contextos históricos e que sua compreensão é fundamental para a análise crítica das configurações contemporâneas do trabalho e dos desafios impostos à efetivação dos direitos sociais.

Palavras-chave: Mundo do trabalho. Capitalismo. Reestruturação produtiva. Acumulação flexível. Neoliberalismo.

Abstract: This article analyzes the major historical transformations in the world of work, emphasizing changes in models of production organization and their impacts on the relationships between capital, the State, and labor. Based on a bibliographic review grounded in the contributions of Harvey (2011), Antunes (1995, 1996, 1999), Franco (2011), Mota (2000), Carcanholo and Baruco (2011), Kameyama (1997), Padrós (2005), Batista (2008), and Netto (2012), the study discusses the evolution of capitalism from the Industrial Revolution to the consolidation of flexible accumulation and neoliberalism. It first examines the emergence of the factory system and the intensification of labor exploitation resulting from industrialization. It then analyzes Fordism and Taylorism as paradigms of mass production, as well as the structural crisis of capitalism in the 1970s, which fostered the process of productive restructuring. Subsequently, the study examines Toyotism, flexible accumulation, the globalization of capital, and the consolidation of neoliberalism, highlighting their effects on labor flexibility, the precarization of working conditions, and the weakening of social protection mechanisms. It concludes that the transformations in the world of work reflect the strategies of capitalist reproduction across different historical contexts and that understanding these changes is essential for a critical analysis of contemporary labor dynamics and the challenges they pose to the realization of social rights.

Keywords: World of work. Capitalism. Productive restructuring. Flexible accumulation. Neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho ocupa posição central na constituição da vida social, sendo responsável não apenas pela produção dos bens materiais necessários à sobrevivência humana, mas também pela organização das relações econômicas, políticas e sociais. Entretanto, as formas de organização do trabalho não permaneceram estáticas ao longo da história. Ao contrário, acompanharam as transformações do modo de produção capitalista, incorporando mudanças tecnológicas, organizacionais e institucionais que alteraram as relações entre capital, Estado e trabalhadores.

Desde o século XIX, o capitalismo passou por sucessivas reconfigurações em seus processos produtivos, impulsionadas tanto pelo desenvolvimento tecnológico quanto pelas crises inerentes ao próprio sistema de acumulação (Harvey, 2011). Da produção artesanal à industrialização, da consolidação do fordismo e do taylorismo à emergência do toyotismo, da acumulação flexível e do neoliberalismo, observa-se um contínuo movimento de reorganização da produção orientado pela busca de maior produtividade, competitividade e ampliação das taxas de lucro (Antunes, 1995; Harvey, 2011).

Essas transformações extrapolaram o espaço produtivo. Ao mesmo tempo em que promoveram avanços tecnológicos e novos modelos de gestão, redefiniram as formas de contratação, intensificaram o controle sobre o trabalho, flexibilizaram direitos historicamente conquistados e ampliaram diferentes expressões da precarização laboral (Franco, 2011). Paralelamente, a mundialização do capital e a consolidação do neoliberalismo tornaram-se elementos centrais na reorganização das economias nacionais, na redefinição do papel do Estado e na intensificação das mudanças nas relações de trabalho (Mota, 2000; Carcanholo; Baruco, 2011).

Compreender a evolução histórica do mundo do trabalho constitui, portanto, uma referência necessária para a análise crítica das transformações contemporâneas das relações produtivas e de seus impactos sobre a classe trabalhadora. Mais do que mudanças técnicas ou organizacionais, trata-se de um processo histórico vinculado às crises do capitalismo e às estratégias de reprodução do capital em escala global (Antunes, 1999; Harvey, 2011).

o presente artigo tem como objetivo analisar as principais transformações ocorridas no mundo do trabalho, desde a Revolução Industrial até a consolidação da

acumulação flexível e do neoliberalismo, evidenciando as mudanças nos modelos de organização da produção, nas formas de intervenção estatal e nas condições de trabalho, bem como seus desdobramentos para a intensificação da precarização das relações laborais no capitalismo contemporâneo. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica fundamentada nas contribuições de Harvey (2011), Antunes (1995; 1996; 1999), Franco (2011), Mota (2000), Carcanholo e Baruco (2011), Kameyama (1997), Padrós (2005), Batista (2008) e Netto (2012), cujas produções subsidiam a análise desenvolvida.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em cinco seções de desenvolvimento. A primeira aborda a constituição histórica do mundo do trabalho, destacando as transformações introduzidas pela Revolução Industrial. A segunda analisa a consolidação do fordismo e do taylorismo como paradigmas da produção em massa. A terceira discute a crise do fordismo e o processo de reestruturação produtiva. A quarta examina a emergência do toyotismo e da acumulação flexível como novo paradigma de organização da produção. A quinta analisa a mundialização do capital, a consolidação do neoliberalismo e seus impactos sobre a flexibilização e a precarização das relações de trabalho. Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais são retomados os principais aspectos discutidos ao longo do estudo.

2 A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO MUNDO DO TRABALHO

É possível afirmar que o trabalho sempre esteve presente nas mais diversas civilizações, desde os tempos pré-históricos até a atualidade. Entretanto, no processo histórico de acumulação capitalista, o mundo do trabalho e os processos de produção passaram por transformações, sobretudo nas últimas décadas do século XX.

As novas relações sociais estabelecidas no contexto da mundialização financeira do capital produziram um quadro de desvalorização e precarização do trabalho, em consonância com a reestruturação do setor produtivo e com a redefinição das formas de intervenção do Estado. Esse cenário de reorganização capitalista pode ser compreendido a partir dos elementos mais gerais da crise do capital, que se tornou mais evidente a partir da década de 1970, particularmente com a crise do petróleo (Harvey, 2011).

Ao analisar as transformações ocorridas no mundo do trabalho, diferentes autores situam o seu epicentro nas mudanças introduzidas nos processos de trabalho, especialmente por meio das inovações tecnológicas articuladas às novas formas de

organização da produção. As transformações do mundo do trabalho têm origem nas mudanças promovidas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial. Entre os marcos desse processo, destaca-se a Revolução Industrial, ocorrida entre o final do século XVIII e o início do século XIX, que promoveu a transição de uma economia predominantemente agrária para uma economia industrializada, alterando a organização da produção e das relações de trabalho.

Esse processo provocou mudanças nas formas de organização do trabalho, promovendo a passagem da cooperação e do modo de produção artesanal para a manufatura e, posteriormente, para a industrialização baseada na produção em larga escala.

De acordo com Franco (2011), o mundo do trabalho naquele período era marcado por jornadas excessivamente longas, que podiam alcançar 12, 14 ou até 17 horas diárias. Havia uma grande concentração de trabalhadores, incluindo homens, mulheres e crianças, em um mesmo espaço físico, além da elevada ocorrência de acidentes de trabalho, mutilações, quedas, traumatismos e doenças provocadas pela inalação de poeira, algodão e outras substâncias presentes no ambiente fabril.

O modelo de produção estava baseado na exploração intensiva da força de trabalho humana e na permanente busca pela redução dos custos de produção. Para isso, eram pagos baixos salários, aprofundando-se a exploração dos trabalhadores. Os proprietários das fábricas orientavam a expansão de seus negócios pela perspectiva do consumo de massa, procurando responder a esse mercado por meio de uma produção igualmente realizada em larga escala.

No plano microssocial, Franco (2011) afirma que a organização do trabalho se caracterizava por uma

[...] concepção utilitarista e de dominação do capital, materializada em novas formas e condições que se tornam emblemáticas do sistema fabril. São mudanças profundas, que estabelecem as noções de tempo útil e a caça aos tempos ‘mortos’, em detrimento dos tempos fisiológicos dos trabalhadores. A disciplina e os modos operatórios, instrumentos de controle dos ritmos de trabalho, serão progressivamente aperfeiçoados e incorporados à maquinaria e à tecnologia de produção. (p. 174)

As relações de dominação presentes no trabalho passaram, dessa forma, a ser progressivamente incorporadas à própria materialidade da produção. O controle social exercido pelo capital sobre o trabalho foi sendo refinado mediante formas consideradas

mais racionais de divisão das atividades, de hierarquização das tarefas e de distribuição do poder, do controle e do comando.

No plano macrossocial, esse período foi marcado pela constituição de um mercado livre de trabalho, pela generalização das relações assalariadas e pelo pagamento de salários baixos. Os contrastes entre riqueza e pobreza produziram a exclusão social de grandes contingentes populacionais, inclusive de trabalhadores assalariados que sobreviviam em condições precárias de moradia, saneamento e acesso à água.

Nesse contexto, predominavam formas de adoecimento e morte diretamente relacionadas à precariedade das condições sociais e laborais, entre as quais se destacavam as doenças infecciosas e a desnutrição (Franco, 2011).

Ao final do século XIX, entretanto, iniciou-se um processo de redefinição do papel do Estado na sociedade capitalista. O Estado passou a assumir funções de regulamentação social, reconhecendo determinados limites biopsicossociais dos trabalhadores e instituindo legislações destinadas à preservação de sua vida e de sua capacidade de trabalho.

Segundo Franco (2011), essas medidas

[...] serão consolidadas através da Lei do trabalho (10 horas e, posteriormente, 8 horas como referencial para as relações contratuais de trabalho ou 6 horas para certas categorias), regulamentação das horas extras, insalubridade, periculosidade e reconhecimento legal das organizações sindicais, dentre outras (p. 175).

A regulamentação das relações de trabalho não representou o rompimento com a lógica de exploração capitalista. Ao contrário, ao mesmo tempo que respondeu às pressões e às condições extremas enfrentadas pela classe trabalhadora, também contribuiu para assegurar a preservação e a reprodução da força de trabalho necessária à continuidade do processo de acumulação.

Desse modo, a Revolução Industrial não promoveu apenas mudanças técnicas no processo produtivo. Ela inaugurou novas formas de dominação, controle e disciplinamento do trabalho, estabelecendo as bases para modelos posteriores de organização da produção, especialmente o taylorismo e o fordismo.

3 FORDISMO E TAYLORISMO: A CONSOLIDAÇÃO DA PRODUÇÃO EM MASSA

Entre o final do século XIX e a década de 1970 consolidou-se um novo padrão de organização da produção industrial, marcado pela adoção dos modelos fordista e

taylorista. Esses sistemas tinham como principal objetivo promover a racionalização do processo produtivo, elevando os níveis de produtividade e ampliando as taxas de lucro por meio da padronização das atividades, da divisão técnica do trabalho e do controle rigoroso sobre os trabalhadores.

De acordo com Harvey (2011), a data simbólica do fordismo pode ser situada em 1914, quando Henry Ford implantou a jornada de oito horas de trabalho associada ao pagamento de cinco dólares por dia aos trabalhadores da linha de montagem da Ford Motor Company.

Entretanto, a implantação desse modelo ultrapassou a simples reorganização da produção. Segundo Harvey (2011), Ford pretendia implantar um novo sistema de reprodução da força de trabalho, baseado na familiarização do trabalhador com atividades repetitivas e rigidamente controladas. Nas palavras do autor,

[...] se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo (p. 123)

Nesse modelo, consolidou-se uma detalhada divisão do trabalho. Cada trabalhador passou a executar apenas uma etapa específica do processo produtivo, permanecendo em um posto fixo enquanto o produto deslocava-se pela linha de montagem. A organização do trabalho passou a ser determinada pelo ritmo das máquinas, reduzindo significativamente a autonomia dos trabalhadores e ampliando a produtividade industrial. A jornada de oito horas, nesse contexto, buscava assegurar que o trabalhador adquirisse a disciplina necessária ao funcionamento da linha de montagem de alta produtividade (Harvey, 2011).

O modelo fordista consolidou-se em estreita articulação com os princípios da administração científica desenvolvida por Frederick Winslow Taylor. O taylorismo tinha como finalidade racionalizar cientificamente o processo produtivo por meio da decomposição das tarefas, da padronização dos movimentos e do rigoroso controle do tempo de execução das atividades.

Segundo Franco (2011), a organização taylorista do trabalho fundamentava-se na

[...] divisão entre o trabalho de concepção, planejamento, direção e controle (realizado pela gerência 'científica') e o trabalho de execução (pela massa de assalariados); fragmentação do trabalho, simplificação e esvaziamento do

conteúdo do trabalho (noção de posto de trabalho e estrutura de cargos e salários); análise de tempos e movimentos, cronometragem e padronização das formas de trabalhar; políticas de punição e premiação da produtividade individual; salário por peça; estímulo à competição [...]. (p. 176)

Harvey (2011) acrescenta que Taylor acreditava ser possível elevar radicalmente a produtividade mediante a decomposição de cada processo produtivo em movimentos elementares, organizados segundo rígidos padrões de tempo e movimento. Batista (2008), por sua vez, destaca que a preocupação central da administração científica era eliminar desperdícios, separando claramente as atividades de planejamento daquelas relacionadas à execução do trabalho.

Na mesma direção, Antunes (1995) compreende o fordismo e o taylorismo como o padrão de organização do trabalho predominante ao longo de grande parte do século XX, caracterizado pela produção em massa, pela linha de montagem, pelo parcelamento das tarefas, pela separação entre concepção e execução do trabalho e pela consolidação do trabalhador coletivo fabril. Segundo o autor,

[...] a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho [...]. (p. 17)

Embora complementares, os dois modelos apresentam diferenças importantes. Enquanto o taylorismo concentrava seus esforços na racionalização científica do trabalho, por meio do estudo dos tempos e movimentos e da padronização das tarefas, o fordismo ampliou essa lógica ao associar a produção em massa ao consumo em massa. A elevação dos salários permitia transformar os próprios trabalhadores em consumidores dos produtos que fabricavam, fortalecendo o mercado interno e impulsionando o crescimento econômico (Padrós, 2005).

Conforme destaca Franco (2011), esse período também foi marcado pela consolidação de um capitalismo de caráter mais regulado, sustentado pela ampliação da proteção social, pela regulamentação das relações de trabalho, pela expansão dos benefícios sociais e pelo fortalecimento da negociação coletiva. Nos países centrais, esse movimento contribuiu para a consolidação do Estado de Bem-Estar Social, ampliando o acesso às políticas públicas de saúde, educação e habitação.

Antes restrito aos Estados Unidos, o fordismo expandiu-se para a Europa e para o Japão após a Segunda Guerra Mundial, impulsionando a reconstrução econômica desses países, o crescimento da produção industrial e a modernização da agricultura, fenômeno denominado por Padrós (2005) de segunda revolução agrícola.

A expansão desse modelo produtivo fortaleceu a intervenção estatal tanto na esfera econômica quanto na social. Conforme analisa Mota (2000), o período do pós-guerra consolidou uma intensa articulação entre as economias nacionais sob a hegemonia do capital monopolista norte-americano, aprofundando a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho e a expansão das empresas transnacionais. Entretanto, ao final da década de 1960 começaram a surgir sinais de esgotamento desse padrão de acumulação, evidenciados pela redução das taxas de lucro, pela desaceleração da produtividade, pelo aumento do desemprego e pelo endividamento internacional (Mota, 2000), abrindo caminho para uma nova fase de reorganização do capitalismo, analisada na seção seguinte.

4 A CRISE DO FORDISMO E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A crise que se consolidou na década de 1970 representou um marco decisivo na história do capitalismo contemporâneo. Tratou-se de uma crise estrutural, e não apenas de uma desaceleração econômica conjuntural que atingiu simultaneamente os processos de produção, as formas de organização do trabalho, os mecanismos de intervenção do Estado e as estratégias de acumulação do capital. Nesse contexto, tornou-se necessária a construção de novas formas de organização produtiva capazes de responder às exigências de competitividade e de recuperação das taxas de lucro.

De acordo com Antunes (1995), a partir da década de 1970 os países de capitalismo avançado passaram a vivenciar a mais profunda crise do mundo do trabalho. Esse processo manifestou-se em duas dimensões articuladas: uma objetiva, relacionada às transformações nos processos de produção e na organização do trabalho, e outra subjetiva, que alterou a própria forma de ser da classe trabalhadora, afetando seus organismos de representação, como os sindicatos e os partidos políticos.

Após um longo período de acumulação de capitais, impulsionado pelo apogeu do fordismo e pelas políticas de inspiração keynesiana, caracterizadas pela ampliação da intervenção do Estado na economia, pelo incentivo ao investimento público, pela

regulação dos mercados e pela expansão das políticas de proteção social, o capitalismo passou a apresentar um quadro crítico cujos principais elementos foram sintetizados por Antunes (1999):

1) queda da taxa de lucro, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivaram o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou uma redução decrescente da taxa de lucro; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção [...] dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava; 3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos [...]; 4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do welfare state ou do Estado de Bem-Estar Social [...] acarretando a necessidade de retração dos gastos públicos; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada dos mercados e da força de trabalho [...]. (p. 29-30)

Esses elementos evidenciaram que a crise não se restringia à esfera produtiva, mas atingia o próprio padrão de acumulação capitalista construído no pós-guerra. O modelo fordista, baseado na produção em massa, na expansão do consumo e na intervenção reguladora do Estado, deixava de responder às novas exigências da economia mundial, exigindo mudanças nas formas de organização da produção.

A crise do fordismo desencadeou um amplo processo de reestruturação produtiva, entendido como uma estratégia de reorganização da produção, da gestão do trabalho e das formas de acumulação do capital. Em resposta ao esgotamento do modelo taylorista/fordista, esse processo caracterizou-se pela incorporação acelerada de novas tecnologias, pela flexibilização dos processos produtivos, pela reorganização das cadeias de produção e pela adoção de novas formas de gestão da força de trabalho, buscando elevar a produtividade, reduzir custos e recuperar as taxas de lucro. Essas transformações inauguraram uma nova etapa do desenvolvimento capitalista, marcada pela substituição gradual do paradigma fordista por formas flexíveis de produção.

A reestruturação produtiva, portanto, não se restringiu à adoção de um único modelo de organização do trabalho, mas constituiu um amplo conjunto de transformações econômicas, tecnológicas e organizacionais que redefiniram as relações entre capital e trabalho a partir da década de 1970. Entre suas principais expressões destaca-se o toyotismo, que passou a orientar a acumulação flexível e a reorganização da produção em diversos países capitalistas.

5 TOYOTISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: UM NOVO PARADIGMA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Como resposta à crise do padrão fordista/taylorista, emergiu um novo modelo de organização da produção que buscava conferir maior flexibilidade aos processos produtivos e ampliar a capacidade de adaptação das empresas às oscilações do mercado. Nesse contexto, desenvolveu-se o toyotismo, sistema de produção criado no Japão, no período pós-Segunda Guerra Mundial, pelo engenheiro Taiichi Ohno, na Toyota Motor Company.

Diferentemente do modelo fordista, fundamentado na produção em massa e na formação de grandes estoques, o toyotismo passou a organizar a produção de acordo com a demanda do mercado, buscando reduzir desperdícios, minimizar estoques e aumentar a flexibilidade do processo produtivo. Conforme destaca Antunes,

[...] tem-se um sistema que responde imediata e diretamente às demandas que são colocadas e que possui a flexibilidade para alterar o processo produtivo de modo que não se opere com grandes estoques, mas com estoque mínimo; de modo que se tenha um sistema chamado de produção ou de acumulação flexível, que se adeque a essas alterações cotidianas do mercado". (1996, p. 79)

Esse novo sistema produtivo tornou possível atender, com maior rapidez, pedidos diversificados e em menor escala, mediante a incorporação de mecanismos de automação, da reorganização das cadeias produtivas e da adoção de novas técnicas de gestão da produção e dos estoques. Uma das principais mudanças introduzidas pelo toyotismo foi a ruptura com a lógica fordista de "um homem, uma máquina". Conforme observa Antunes (1996), o trabalhador passou a operar simultaneamente várias máquinas, tornando-se um trabalhador polivalente e multifuncional.

Além da reorganização técnica da produção, o toyotismo alterou significativamente as formas de gestão do trabalho. A produção deixou de estar centrada exclusivamente na linha de montagem e passou a valorizar o trabalho em equipe, a participação dos trabalhadores nos processos produtivos e o envolvimento com os objetivos da empresa. Segundo Antunes (1996),

[...] um processo que se funda, que se fundamenta no envolvimento da força de trabalho, não mais daquele operário-massa [...] mas de um trabalhador que deve se envolver no universo e no ideário da empresa. (p. 80)

Ao analisar essas mudanças, o autor acrescenta que a nova organização do trabalho

[...] fundado numa resposta imediata à demanda, numa organização flexível do trabalho, numa produção integrada e que supõe necessariamente o envolvimento do trabalho, acarretando o estranhamento do trabalhador, sua 'alienação' do trabalho, que se torna menos despótico e mais manipulatório [...] o trabalhador torna-se vigia de si próprio. Ele é o déspota de si próprio; ele não se avilta com o chicote, ele se avilta no plano do ideário, a empresa é a sua empresa, a produtividade é a produtividade da sua empresa. (Antunes, 1996, p. 80-81)

Nesse contexto, a organização do trabalho passou a exigir dos trabalhadores maior autonomia, iniciativa, criatividade e responsabilidade. Esperava-se que o trabalhador interiorizasse os objetivos organizacionais, participasse dos círculos de controle de qualidade e desenvolvesse um forte comprometimento com a empresa, como se ela fosse uma extensão de seu próprio espaço de pertencimento (Antunes, 1996).

Harvey (2011) denomina esse novo padrão de organização produtiva de acumulação flexível, caracterizando-o como um modelo que rompe com a rigidez do fordismo ao apoiar-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Segundo o autor, essa nova lógica produtiva impulsionou o surgimento de novos setores econômicos, novas formas de prestação de serviços, intensificou a inovação tecnológica e reorganizou as relações entre capital e trabalho.

Na mesma direção, Kameyama (1997) afirma que a acumulação flexível representa mais do que uma inovação organizacional, constituindo uma nova forma institucional de organização das relações sociais de produção e de sustentação do processo de acumulação capitalista.

Embora tenha ampliado a capacidade de adaptação das empresas às mudanças do mercado, esse novo paradigma produtivo também aprofundou a flexibilização das relações de trabalho.

Desse modo, a acumulação flexível promoveu profundas alterações na organização do trabalho, redefinindo o perfil da força de trabalho e intensificando a exigência por trabalhadores polivalentes, adaptáveis e permanentemente disponíveis às demandas do mercado. Ao mesmo tempo, contribuiu para ampliar a precarização das relações

laborais, fenômeno que seria aprofundado com a consolidação do neoliberalismo nas décadas seguintes.

6 MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A reestruturação produtiva desenvolveu-se no contexto da mundialização do capital, caracterizada pela crescente internacionalização da produção, pela integração dos mercados e pela intensificação dos fluxos financeiros em escala global. Nesse cenário, a flexibilização dos processos produtivos passou a constituir uma estratégia para a manutenção da competitividade das empresas e para a recuperação das taxas de acumulação do capital.

Segundo Harvey (2011), a acumulação flexível caracteriza-se pela flexibilidade dos processos e dos mercados de trabalho, pela diversificação dos produtos e dos padrões de consumo, bem como pela intensificação das inovações tecnológicas, organizacionais e financeiras. Essas transformações promoveram o surgimento de novos setores produtivos, novas formas de prestação de serviços e mudanças nas relações entre capital e trabalho.

Nesse contexto, a flexibilização da produção foi acompanhada pela flexibilização das relações de trabalho. A exigência por trabalhadores polivalentes, a ampliação da terceirização, o trabalho parcial, a subcontratação e outras formas de contratação passaram a integrar o novo padrão de acumulação, alterando o perfil da força de trabalho. Conforme observa Antunes (1996),

[...] esse sistema de flexibilização do trabalho supõe a flexibilização (ou desmontagem) dos direitos do trabalho. Um sistema de produção flexível supõe direitos do trabalho também flexíveis, ou, de forma mais aguda, supõe a eliminação dos direitos do trabalho, e se o trabalhador tem direitos 'rígidos', essa rigidez dos direitos conquistados ao longo de décadas obsta essa flexibilidade produtiva que necessita do trabalhador disponível; necessita do trabalho parcial, do trabalho de terceiros e do trabalho precário [...]. (p. 81)

Os impactos da reestruturação produtiva sobre o mundo do trabalho manifestaram-se na reorganização dos mercados de trabalho, na eliminação de diversas ocupações, no surgimento de novas funções e na redefinição do perfil profissional

exigido pelo capital. Para Carcanholo e Baruco (2011), esse processo fortaleceu novas formas de valorização do capital e ampliou o exército industrial de reserva, elevando os níveis de exploração da força de trabalho e contribuindo para a intensificação da extração da mais-valia.

Como consequência, o mercado de trabalho passou a conviver com níveis crescentes de desemprego, informalidade e precarização. Nesse sentido, Netto (2012, p. 417) afirma que, na contemporaneidade, "[...] a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da 'informalidade'".

Paralelamente às transformações produtivas, consolidou-se o neoliberalismo como principal resposta político-ideológica à crise estrutural do capitalismo iniciada no final da década de 1960. Conforme destacam Carcanholo e Baruco (2011), ao contrário do que frequentemente se afirma, essa crise não teve origem apenas na ruptura do sistema de Bretton Woods ou na crise do petróleo, mas expressou um processo de superacumulação do capital de superacumulação do capital, redução das taxas de lucro, desaceleração da produtividade e persistência de elevados índices de desemprego.

Nesse contexto, o neoliberalismo retomou princípios do liberalismo clássico, defendendo a redução da intervenção estatal na economia, a abertura dos mercados, a desregulamentação financeira e a ampliação da liberdade de atuação do capital. Entretanto, como observam Carcanholo e Baruco (2011), a implementação desse projeto exigiu um Estado suficientemente forte para desmontar os mecanismos de proteção social construídos durante o período do Estado de Bem-Estar Social e difundir a lógica de mercado para todas as esferas da vida social.

Segundo os autores, a crise estrutural da década de 1970 desenvolveu-se em diferentes fases, envolvendo, simultaneamente, a crise econômica, a crise da política econômica e a crise da própria teoria econômica inspirada no keynesianismo. Como resposta, consolidou-se um amplo processo de reconstrução econômica, política e ideológica que teve no neoliberalismo sua principal expressão.

A institucionalização desse projeto ocorreu especialmente a partir do chamado Consenso de Washington, formulado em 1989, cujas recomendações incluíam disciplina fiscal, liberalização financeira e comercial, privatizações, desregulamentação dos mercados e redução da participação do Estado na economia (Carcanholo; Baruco, 2011). Essas medidas difundiram-se, sobretudo, entre os países latino-americanos durante a década de 1990, fortalecendo a hegemonia das políticas neoliberais.

Embora o neoliberalismo tenha sido apresentado como estratégia de modernização econômica e ampliação da eficiência dos mercados, seus resultados evidenciaram o aprofundamento das desigualdades sociais e da precarização das relações de trabalho. A flexibilização produtiva, associada à desregulamentação das relações trabalhistas e à redução da proteção social, intensificou a instabilidade ocupacional, ampliou a informalidade e fragilizou direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores.

Dessa forma, a mundialização do capital, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo constituem processos indissociáveis na compreensão das transformações contemporâneas do mundo do trabalho. Esses processos redefiniram as formas de organização da produção, alteraram o papel do Estado e aprofundaram a precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, cujos efeitos permanecem presentes nas sociedades contemporâneas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo evidenciou que as transformações do mundo do trabalho constituem um processo histórico relacionado à dinâmica de desenvolvimento e às crises do modo de produção capitalista. Desde a Revolução Industrial, as transformações do mundo do trabalho acompanharam as mudanças nas formas de acumulação do capital e nas estratégias de organização da produção.

A Revolução Industrial inaugurou uma nova forma de organização do trabalho, baseada na mecanização da produção e na intensificação da exploração da força de trabalho. Posteriormente, o fordismo e o taylorismo consolidaram um modelo de produção em massa sustentado pela racionalização científica do trabalho, pela divisão técnica das tarefas e pelo controle rigoroso dos processos produtivos. Embora esse período tenha sido acompanhado pela ampliação da intervenção estatal e pela institucionalização de importantes direitos trabalhistas, suas contradições tornaram-se evidentes diante do esgotamento do padrão de acumulação observado a partir do final da década de 1960.

A crise estrutural do capitalismo impulsionou a reestruturação produtiva e a adoção de novos modelos de organização do trabalho, entre os quais se destaca o toyotismo, fundamentado na flexibilização da produção, na redução de estoques, na polivalência dos trabalhadores e na incorporação de novas tecnologias. Paralelamente, a

mundialização do capital e a consolidação do neoliberalismo forneceram as bases econômicas, políticas e ideológicas para a expansão desse novo padrão de acumulação, promovendo profundas alterações nas relações entre capital, Estado e trabalho.

Como resultado desse processo, verificou-se a intensificação da flexibilização das relações trabalhistas, a ampliação das formas precárias de inserção no mercado de trabalho, o crescimento da informalidade, da terceirização e do desemprego estrutural, bem como o enfraquecimento de mecanismos historicamente construídos de proteção social. As transformações ocorridas nas últimas décadas evidenciam que as mudanças tecnológicas e organizacionais não podem ser compreendidas de forma isolada, mas devem ser analisadas como parte das estratégias de reprodução e expansão do capitalismo contemporâneo.

Conclui-se, portanto, que compreender a trajetória histórica das transformações do mundo do trabalho constitui um elemento para a análise crítica das configurações atuais do mercado de trabalho e dos desafios enfrentados pela classe trabalhadora. Em um contexto marcado pela crescente flexibilização produtiva, pela intensificação das desigualdades sociais e pelas constantes redefinições do papel do Estado, a análise desenvolvida reforça a importância do debate acadêmico acerca das relações entre trabalho, capital e proteção social, contribuindo para a compreensão dos desafios contemporâneos e para a reflexão sobre alternativas que promovam condições de trabalho mais dignas e a efetivação dos direitos sociais.

Declaração sobre o uso de Inteligência Artificial

Em conformidade com as diretrizes de integridade na pesquisa estabelecidas pela Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026, informa-se que a ferramenta ChatGPT (OpenAI) foi utilizada durante a elaboração deste manuscrito como apoio à organização da estrutura do artigo, ao aprimoramento da redação, à revisão linguística e à tradução do título, do resumo e das palavras-chave para o idioma inglês. A ferramenta não foi empregada na concepção da pesquisa, na definição do problema de pesquisa, na seleção da literatura, na elaboração da fundamentação teórica, na definição da metodologia, na coleta, tratamento ou análise dos dados, na interpretação dos resultados ou na formulação das conclusões científicas. Todas as decisões relativas ao conteúdo, às análises, às interpretações, à revisão crítica do manuscrito e à aprovação da versão final são de responsabilidade exclusiva do autor.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. Dimensão da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BATISTA, Erika. Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 3., 2008, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2008. Disponível em: https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf. Acesso em: 22 out. 2026.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias; BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. A estratégia neoliberal de desenvolvimento capitalista: caráter e contradições. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/download/747/257>. Acesso em: 22 out. 2026.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- FRANCO, Tânia. Alienação do trabalho: despertencimento social e desenraizamento em relação à natureza. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. esp. 1, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v24i1.19228>. Acesso em: 22 out. 2026.¹
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2011.
- KAMEYAMA, Nobuco. Crise e reestruturação no capitalismo tardio: elementos pertinentes para o Serviço Social. **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**, Rio de Janeiro, n. 16-17, 1997.
- MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 2000.
- NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000300002>. Acesso em: 22 out. 2026.
- PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). **O século XX: o tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 216-250.

ⁱ A página oficial do artigo de Tânia Franco registra o título com a forma “**desrenraizamento**”, o nome do periódico como **Caderno CRH**, o volume 24 e o endereço DOI utilizado acima. O artigo de José Paulo Netto está registrado no número 111 de **Serviço Social & Sociedade**, com publicação em 2012 e DOI próprio. O PDF da edição de **Praia Vermelha** confirma o artigo de Marcelo Dias Carcanholo e Grasiela Cristina da Cunha Baruco no volume 21, número 1